

“Não podemos deixar que o mais pobre banque subsídio a painéis solares”⁽¹⁾

Amanda Pupo

Depois de a campanha contra a "taxação do sol" encontrar forte adesão entre parlamentares, o clima começou a mudar no Congresso. No centro da polêmica está a manutenção, ou não, de subsídios a quem produz a própria energia, gerada principalmente por painéis solares. Nessa discussão, o presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, Edio Lopes (PL-RR), se tornou uma das vozes mais enfáticas contra o sistema atual, no qual todos os consumidores pagam pelo benefício concedido a quem tem painel solar.

Crítico ao bordão "taxação do sol" - difundido por empresas interessadas em manter os benefícios e endossado pelo presidente Jair Bolsonaro -, Lopes articula para que a Câmara solucione logo o impasse. Em entrevista ao Broadcast Político, Lopes falou sobre as variadas ressalvas que tem ao projeto de lei relatado pelo deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) sobre o tema e apontou o que considera serem soluções.

Ele diz concordar com algum subsídio para consumidores-geradores com sistemas de até 500 kW. "Mas, acima de 500 kW, eu não admito que tenha o subsídio", disse o deputado. Alternativamente, se algum benefício for mantido a essa categoria, Lopes defende que a população consumidora de energia até 600 kW não pague essa conta. "Eu sou favorável que a casa de uma pessoa comum fique fora de pagar subsídio de fotovoltaica para quem quer que seja".

Confira os principais trechos da entrevista.

Broadcast Político - A comissão de Minas e Energia se reuniu nesta semana para discutir o projeto sobre geração distribuída. Já há consenso sobre o texto do deputado Lafayette?

Edio Lopes - Nós temos resistência à aprovação do relatório de Lafayette daquela forma. A energia solar tem grandes vantagens das quais não podemos abrir mão e temos que incentivar. Mas hoje é economicamente autossuficiente. Hoje, o mundo está retirando subsídios que foram dados para que essa forma de energia se desenvolvesse. Quando a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) editou a resolução em 2012 (que prevê os subsídios atuais) fez-se um trabalho espetacular. Com as regras, apareceram investimentos, tecnologias. Mas hoje a energia solar é auto rentável. Onde está a nossa discordância: é que o pobre, o baixa renda, continua absolutamente fora desse benefício. Ele é quem está pagando a conta do incentivo desse setor. Não podemos fazer isso.

Broadcast Político - Em recente decisão, o Tribunal de Contas da União (TCU) chamou a atenção para essa diferenciação tarifária...

Lopes - O que o TCU com muita propriedade disse é que o sistema de Geração Distribuída no Brasil é um Robin Hood às avessas. A relatora, ministra Ana Arraes, diz que é um sistema perverso. Como a conta da geração distribuída cada vez pesa mais na conta de energia de quem não tem o sistema, a tendência é mais gente ir para

o Geração Distribuída. E assim menos gente vai pagar a conta que cada vez cresce mais. Imaginou o efeito disso? O que o deputado Lafayette não me convenceu é que o menos abastado terá algum benefício com o projeto dele. Eu vejo até o contrário.

Broadcast Político - Para o Sr., isso vai na contramão do que o TCU apontou?

Lopes - Vai na contramão. Eu não sou contra a energia solar, mas não posso num País tão injusto continuar mandando essa conta para a conta de 86 milhões de casas de gente de baixa renda. Então está longe de termos acordo no PL relatado pelo Lafayette.

Broadcast Político - Mas qual seria a saída para o projeto de lei?

Lopes - Minha proposta, quem consome até 600 quilowatts hoje não entra no pagamento desse subsídio compulsório da geração distribuída. Eu admito que os sistemas de geração de até 500 kW possamos subsidiar. Mas, acima de 500 kW, eu não admito que tenha o subsídio. Então eu tenho duas propostas: uma, não ter subsídio nenhum para acima de 500 kW. Segunda proposta, que continue em 25% o subsídio (segundo ele, resultado do projeto de Lafayette). Mas vamos estabelecer uma categoria de consumidor que não entre na divisão dessa conta.

Broadcast Político - Em 2019, quando o presidente falou sobre o assunto, o Congresso aderiu com força a campanha contra o que dizem ser "taxação do sol". Isso está mudando?

Lopes - A Aneel lançou uma consulta pública para mudar o sistema de subsídios em 2019. Foi quando o presidente Jair Bolsonaro disse, "Não vamos taxar o sol" (em discordância com a proposta da Aneel, que não foi para frente após a ação do presidente). Mas não é taxar o sol. É cobrar o que todos os outros pagam. É essa a confusão. Ninguém vai pagar imposto sobre o sol.

Broadcast Político - Mas a percepção do Congresso quanto a essa pauta está mudando?

Lopes - Às vezes o cidadão comum faz uma ideia do congressista, como se ele fosse um ser que sabe de tudo. O Congresso é basicamente formado por pessoas comuns. Tem lá os que se especializaram em determinado setor, os que estão há muito tempo. Mas o certo é que ali impera o senso comum. E essa é a grandiosidade do Parlamento. Então quando teve aquilo (da campanha contra a "taxação do sol"), todo o Congresso foi naquela história. Hoje, por que o Parlamento está pegando o caminho que deve ter? Porque começaram a entender que não é cobrar imposto de sol.

Broadcast Político - E quando vocês vão voltar a debater o assunto na comissão de Minas e Energia?

Lopes - Nesta terça-feira (13) fizemos uma reunião interna. Nós combinamos com o deputado Lafayette que no decorrer dessa semana e da próxima nós iremos apresentar algum subsídio para ver se fecha essa questão. O setor precisa ter uma lei. As regras do setor hoje estão numa resolução. E o TCU disse que resolução não pode conceder subsídios. É um setor importante e que nós precisamos ter uma lei para ter mais garantia jurídica, que o setor saiba que não tem uma regra que pode ser alterada a qualquer minuta.

Broadcast Político - Então para o senhor a lei é necessária, só é necessário encontrar um consenso...

Lopes - Eu não posso continuar admitindo que um setor comprovadamente autossuficiente mande a conta para uma pessoa pobre que nunca irá investir nisso. A hora que nós acharmos esse ponto de equilíbrio eu serei o cara mais a favor de tudo e

de todos. Quem quiser fazer sua planta de 5 mW para ter energia compartilhada, só pode ter uma planta subsidiada. Ou pode ter uma, dez, 20, 50. Desde que ele pague tudo.

(1) Entrevista publicada no Broadcast Energia. Disponível em:
<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/37374556>. Acesso em 16 de abril de 2021.